

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Foi veiculado nos órgãos de comunicação social uma situação de potencial uso excessivo da força e abuso de poder por parte de agentes da Polícia de Segurança Pública sobre um adolescente de 17 anos na Amadora.

Segundo foi noticiado, o jovem estaria no local onde decorria uma ação da polícia quando foi interpelado por um dos agentes, que lhe terá tirado o telemóvel. Posteriormente, conforme se pode ver nas imagens captadas por um vizinho, o jovem foi atirado ao chão por três polícias, com recurso ao uso de um joelho nas costas, e detido, apesar de não ter oferecido qualquer resistência e de não estar envolvido na operação.

Ao que se sabe, o jovem terá sido detido por estar indiciado da prática do crime de "Resistência e coação sobre funcionário", previsto no artigo 347º do Código Penal. Das imagens, não se vislumbra em que medida o referido jovem terá empregado violência, ameaçado ou ofendido a integridade física do agente de segurança ou impedido que este praticasse qualquer ato relativo ao exercício das suas funções.

Segundo fomos informados, já na esquadra da Buraca, o jovem terá sido ameaçado com frases como "ou pias ou levas" e obrigado pelos agentes a despir-se. Mais, o seu telemóvel ter-lhe-á sido retirado pelos agentes, que o manusearam de forma a verificar se o jovem teria tirado alguma fotografia ou filmado a operação policial, o que é obviamente inaceitável.

Diga-se que relatos de uso excessivo da força e de abuso de poder são frequentes na zona da Amadora, o que não pode deixar de nos causar preocupação e exige cabal esclarecimento. O problema da violência policial e do abuso de poder, para além das consequências graves que tem sobre as vítimas diretas, prejudica fortemente a confiança dos cidadãos e cidadãs nas forças de segurança e, em última análise, no Estado de Direito.

*Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de*

*Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:*

- 1. Tem o Senhor Ministro conhecimento desta situação?*
- 2. Que medidas tomou o Governo para apurar os factos relativos a esta situação?*
- 3. Pretende o Ministério abrir um inquérito relativamente a esta operação policial?*

Palácio de São Bento, 27 de janeiro de 2023

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)